Carta aos/às candidatos/as à PMSP

Caro(a) candidato(a),

O SINESP (Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo), defensor da priorização das áreas educacionais e sociais nos orçamentos públicos, para garantir direitos humanos universais, da dignidade, respeito e excelência no tratamento aos servidores que atuam na Rede Pública de Educação Municipal, do direito à educação integral e de qualidade dos bebês, crianças, jovens e adultos do município de São Paulo, elaborou, de forma colaborativa com seus filiados, esta carta, que apresenta temas de extrema importância para a garantia de qualidade da educação e da valorização profissional e a compartilha com os partidos políticos, com os candidatos e candidatas à prefeito/a e vereadores(as) do município de São Paulo, na intenção de angariar seu comprometimento e compromisso com nossa pauta. O documento é uma convocação para que estes/as candidatos/as contemplem e priorizem, em seus planos de governo, políticas públicas que assegurem uma educação capaz de formar sujeitos livres, autônomos, criativos e transformadores, ao mesmo tempo que garanta boas condições de trabalho, respeito à carreira, remuneração digna e políticas de formação que valorizem os profissionais da educação.

Iniciamos apresentando os obstáculos que os educadores, em especial, os gestores enfrentam no dia a dia para gerenciar as unidades educacionais e propostas discutidas pelos filiados ao sindicato nos diversos momentos de escuta proporcionados ao longo de cada ano, visando a promoção do direito dos servidores municipais, bem como, de políticas que promovam o direito dos bebês, crianças, jovens e adultos à educação com equidade e qualidade.

São princípios da luta sindical, e para os quais clamamos o comprometimento dos/das candidatos/as à prefeito/a da cidade de São Paulo, a educação pública de qualidade e com equidade como direito da população, o provimento de todos os cargos através de Concurso Público, o fortalecimento e a valorização da carreira dos servidores, condições adequadas e dignas de trabalho, formação continuada e valorização salarial e profissional, manutenção dos benefícios do serviço público, combate à terceirização dos serviços, cuidados com a saúde física e mental dos servidores, combate à violência, escola pública universal, gratuita, laica, antirracista, diversa, inclusiva e democrática, oferecida exclusivamente na modalidade presencial, combate à desigualdade social, entre outros que fortaleçam o serviço público de qualidade.

Anualmente, o SINESP realiza pesquisa com os gestores educacionais para compor o documento denominado Retrato da Rede, um instrumento importantíssimo para apontar as deficiências e os flancos deixados abertos pelo poder público na política educacional e, também, para subsidiar o Sindicato na defesa das reivindicações da categoria. Esse indicador capta a percepção da categoria em relação a falta de profissionais nas unidades escolares; excesso e más condições de trabalho; pressões por resultados; ausência de atenção às demandas estruturais das unidades escolares, ausência de política de formação continuada, falta de orientações adequadas em relação às atribuições destes profissionais, entre outros. Os resultados dos Retratos levantados ao longo de 13 anos de existência, geraram dados que possibilitaram interpretar a realidade da RME e balizar políticas públicas capazes de produzir as condições necessárias para uma educação pública de qualidade. Dados estes que também embasaram as discussões e as negociações com as várias esferas da educação municipal, na busca da melhoria das condições laborais e da valorização da categoria,

e que pautaram, ainda, a cobertura midiática da situação real da Educação no Município de São Paulo.

Dados coletados pela pesquisa do Retrato da Rede em 2023, indicam a precarização da educação da cidade de São Paulo em vários aspectos:

Funcional

Neste aspecto, um ponto crucial é a falta crônica de profissionais nas unidades educacionais, que pode ser comprovada com dados da própria SME. Módulos incompletos, equipes desfalcadas e falta generalizada de funcionários são parte da realidade das unidades educacionais. Esses dados também indicam o crescimento exponencial da rede parceira (creches conveniadas) que tem sido a escolha da atual administração e que acentua a precarização das condições de trabalho e do atendimento à população.

Cabe ressaltar que a terceirização crescente dos serviços da educação destrói a carreira pública, derruba a arrecadação para a previdência municipal, compromete a qualidade do ensino e do atendimento, entre outros problemas. Combater essa política é uma das principais frentes de luta dos servidores e da população e esperamos a adesão a esse compromisso dos/as candidatos/os, bem como a previsão de concurso para todos os cargos sempre se fizer necessário para recomposição ou ampliação do módulo de profissionais, e, ainda, o atendimento à demanda histórica de revisão dos módulos de servidores na RME e dos número de estudantes por turma/classe.

Outro ponto de destaque, que é preciso discutir com os senhores/as candidatos/as se referem às condições de trabalho, que de acordo com nossas pesquisas, estão levando os profissionais da educação ao adoecimento e pressionam as taxas de absenteísmo na RME. É urgente a

apresentação de uma política nos planos de governo que garanta melhores condições de trabalho e acabem com essa perversidade e combata as medidas privatistas adotadas pela presente administração municipal, que a nutre e impulsiona o sucateamento dos serviços prestados à população.

Outro ponto que é urgente e precisa de especial atenção é a reforma da Previdência Municipal, Sampaprev 1 e 2, que caminha a passos largos e é outra política que tem contribuído de forma contumaz para a destruição da carreira dos profissionais da educação. Ela gera confisco salarial, risco de insolvência do IPREM e relega os servidores que assumiram os cargos a partir de 2021 ao recebimento do teto do INSS e de dependência da previdência complementar para manter o nível de seus proventos após a aposentadoria.

A pesquisa mostra, ainda, um impactante aumento no adoecimento dos servidores. O crescimento dos índices dos que acusam fadiga, cansaço, ansiedade e angústia refletem essa realidade, acentuada pelos problemas nos serviços prestados pelo HSPM, apontados na pesquisa e também relatados em reuniões do SINESP com Representantes dos Locais de Trabalho. Trata-se de inadequação, como prazos longos para atendimento médico, dificuldades no agendamento e atendimento na perícia médica pela COGESS, e consequentemente para a concessão de licenças, limitação do atendimento aos dependentes e quadro reduzido de pessoal devido à falta de concurso. O serviço prestado pelo HSPM requer um cuidadoso planejamento e melhoria nos serviços prestados e uma política eficaz presente no plano de governo.

A luta por melhores condições de trabalho dos Gestores Educacionais e demais profissionais da RME de São Paulo é, portanto, uma prioridade cada dia mais urgente em face dos abalos na saúde apontados no Retrato da

Rede e precisa ser prioridade do novo(a) prefeito(a) e vereadores(as) da cidade.

Esperamos do futuro(a) prefeito(a) e vereadores(as), ainda, políticas que garantam melhores condições de trabalho para os servidores do Quadro de Apoio dos Profissionais da Educação, QPE, como o repúdio à remuneração por subsídio, à terceirização dos serviços, combate à ampliação da rede parceira de atendimento à educação infantil e atual política de municipalização iniciada em 2023.

Outro ponto crucial é a questão da violência e insegurança nos locais de trabalho, muito presentes no dia a dia dos Gestores Educacionais. Furtos e roubos às Unidades Educacionais e aos servidores, falta de vigilância e de ronda escolar, entorno mal iluminado, problemas com podas e reformas estruturais, equipamentos inadequados ou com manutenção irregular. Todos estes aspectos contribuem para intensificar os desafios enfrentados pela equipe gestora e demais profissionais da RME, quando se trata das questões de segurança e violência nas escolas e repúdio ao Programa Smart Sampa, que nada contribui para o combate à violência e, ainda, coloca em risco os moradores dos territórios periféricos, acentuando a discriminação, preconceito e truculência policial.

Os problemas relacionados à violência são crônicos e precisam de medidas urgentes e eficazes para garantir a segurança dos profissionais e da comunidade escolar. Em busca de soluções na defesa dos direitos, da saúde e da segurança dos educadores, o SINESP usa os dados do Retrato da Rede em discussões e negociações com a SME e as DREs, direcionando-os como balizadores para a criação de projetos ou programas para enfrentar ou prevenir a violência e os demais problemas decorrentes da inação do atual governo. Esperamos especial atenção dos(as)

candidatos(as) para o combate à violência que não passe apenas por aumento do policiamento por via de ronda escolar e fiscalização ineficaz.

No que se refere à manutenção e construção de prédios destinados à educação solicitamos do futuro/a prefeito/a e vereadores(as) da cidade de São Paulo transparência na utilização dos recursos financeiros, diálogo com a Equipe Gestora das unidades escolares e DREs para atendimento das reais necessidades, exclusão do Programa SPObras, que está consumindo os recursos da educação em manutenções realizadas à revelia das necessidades das unidades escolares, má qualidade dos serviços prestados, abandono de obras pela metade, pagando serviços e materiais a preços acima dos praticados no mercado, além de desperdiçar recursos em manutenções desnecessárias e de embelezamento que nada contribuem para a melhoria das condições estruturais dos prédios e adequadas ao desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Ainda se faz imprescindível o compromisso com o fim do confisco, descongelamento, com o cumprimento das metas propostas no PME, aplicação integral dos recursos públicos da educação na educação, fim do Sampaprev, revogação ou alteração da IN 5/24, procedimento igualitário entre as DREs no que se refere às orientações e interpretações legais, redução do número de estudantes por sala, fim da burocratização do trabalho de coordenadores pedagógicos e diretores, melhores condições para fazer com excelência o que se exige que se faça e revisão das regras de pagamento do PDE.

Direito de Aprendizagem

Quando se trata dos direitos de aprendizagem dos estudantes, vários aspectos compõem nossas lutas sindicais, todas com o objetivo precípuo de garantir os direitos subjetivos, a oferta, a permanência e qualidade da aprendizagem dos estudantes e por oferecer condições para que essa educação de qualidade se

consolide. Esperamos dos candidatos um olhar sensível para as demandas das diferentes etapas da educação municipal, desde a educação infantil até a Educação de Jovens e Adultos. Vale destacar a atenção urgente ao atendimento à primeiríssima infância, bebês recém nascidos que estão chegando às Unidades Escolares nos últimos tempos e que não eram público do atendimento do CEI até pouco tempo atrás. A chegada destes bebês têm apresentado novos desafios, pois são muito frágeis e exigem atenção diferenciada. Somos favoráveis que esses bebês tenham o cuidado materno garantido por meio de políticas públicas que garantam à mãe a licença maternidade dentro do que a lei oferece, entretanto, é preciso acolher com responsabilidade os que estão chegando nas escolas, e para isso é preciso a revisão imediata da proporção adulto/criança para atender essa faixa etária e garantia que os CEIs possuam os mesmos direitos que as EMEIs e EMEFs no que se refere ao quadro de funcionários, tanto de apoio à Educação Especial, quanto da equipe de secretaria e inspetoria.

É necessário que o compromisso com a educação especial na perspectiva da educação inclusiva se efetive em todos os campos, oferecendo o suporte necessário para a sua permanência no espaço escolar, recursos humanos em quantidade suficiente para qualificar o atendimento e a reestruturação da rede de apoio que é fundamental para que a política pública se concretize.

Neste aspecto, se faz necessário, ainda, a criação de Salas de Recursos em todas as Unidades de Educação Infantil, a ampliação deste recurso nas EMEFs e o combate à precarização do NAAPA e do CEFAI, órgãos de extrema importância no apoio às Unidades Educacionais para o atendimento ao público da Educação Especial. Cabe ainda neste campo, solicitar o compromissos de todos com a elaboração de um protocolo de conduta no atendimento aos estudantes com transtornos, que estão no limbo, quando se trata de educação inclusiva.

A luta pelo direito à escolarização do jovem adulto é outro ponto de extrema importância. É um debate que precisa ser aprofundado, pois na realidade do atual governo, existe a política de fechamento maciço de salas associado ao impedimento da abertura de novas turmas, forçando os alunos adultos, principalmente os de anos iniciais, a serem aprovados mesmo sem ter adquirido as habilidades essenciais para tanto, desrespeitando o seu tempo para consolidar as aprendizagens, desconsiderando a sua realidade, negando seu direito à escolarização básica e o atendimento ao desejo do interessado a vaga a estudar na unidade onde realizou seu cadastro, o que significa estudar próximo a sua residência. Lutamos pelo compromisso com a qualidade da Educação de Jovens e Adultos oferecida na modalidade exclusivamente presencial.

É necessário, ainda, que o olhar para a educação Integral seja, de fato, de garantia de melhor ensino e melhor aprendizagem, ampliando os espaços e oferecendo diferentes recursos para sua efetivação, e não implantada por força da lei, com o sucateamento dos recursos e destruição das salas de leitura e informática.

Esperamos dos(as) candidatos(as) a mesma indignação que nos acomete a respeito da "plataformização" do ensino, que dá forma que está sendo implementada se transformou em levantamento de dados de execução e fiscalização, precarizando o ensino público e maquiando seus resultados.

Sendo assim, esperamos dos/as candidatos/as uma proposta para educação da cidade de São Paulo que considere a escola como um espaço democrático, em que a diversidade de ideias, conceitos e valores sejam respeitados e debatidos, baseada no princípio dos Direitos Humanos e da equidade e que tenha como objetivo a transformação dessa sociedade excludente, injusta e desigual em igualitária, justa e inclusiva e conceba a educação integral como direito de todos os alunos, considerando os diferentes tempos e espaços de aprendizagem.

Desta forma, consideramos imprescindível que os/as candidatos/as, afirmem seu compromisso com os seguintes pontos em seus planos de governo:

- Condições de trabalho e valorização dos educadores. Que se reconheça a profissão do educador (professor, gestor ou funcionário) como essencial no desenvolvimento de uma sociedade transformadora, garantindo ingresso via concurso público, valorização, formação e remuneração condizentes.
- Módulo em número adequado para funcionamento das Unidades Educacionais, suficiente para assegurar a integridade dos estudantes, com preferência de professores, gestores e funcionários de apoio e/ou técnico-administrativos para atender tanto as turmas de regência quanto às de módulo de substituição.
- Recursos materiais e financeiros, garantindo espaço físico adequado, materiais pedagógicos e tecnológicos, materiais de cuidados pessoais e higiene, alimentação de qualidade, etc.
- Currículo que contemple a Educação Indígena, Quilombola e toda a gama de diversidade numa visão transdisciplinar, garantir que prevaleçam a liberdade, a pluralidade, a diversidade étnica, religiosa, de gênero e o direito à diversidade sexual.

Essas posições apoiam-se nos pilares legais vigentes em nosso país. Apoiam-se na Constituição Federal, em especial no artigo 206, no Plano Federal e Municipal de Educação, que garante igualdade nas condições de acesso a uma educação plural, que valorize os profissionais de educação e a diversidade de seus estudantes, num ambiente de gestão democrática.

Guilherme Boulos (Partido Socialismo e Liberdade/ PSOL)